

Política



ELEIÇÕES NO RIO
MP vai combater interferência do crime



Para
acompanhar
a cobertura
do crime
do MP
no Rio

O JULGAMENTO DO EX-JUIZ

Relator discorda do MP, rechaça tese de PT e PL e rejeita cassação de Moro no TRE do Paraná

FERNANDA ALVES, JULIA
NOLLA E LUIZ NAZAREDO
publica@oglobo.com.br

Relator de duas ações contra o senador Sérgio Moro (União-PR) no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza votou ontem contra a cassação do mandato do parlamentar por abuso de poder econômico na pré-campanha de 2022, quando o ex-juiz chegou a se lançar ao Palácio do Planalto pelo Podemos. Iniciado ontem, o julgamento será retomado na próxima quarta-feira com a análise do desembargador José Rodrigo Sade, cujo pedido de vista interrompeu a sessão de ontem. Ao todo, seis magistrados ainda vão se manifestar sobre o pedido de cassação do mandato de Moro.

Na exposição do seu voto, que durou mais de duas horas, Falavinha rechaçou a tese defendida pelos advogados do PT e do PL, autores dos pedidos de cassação, e o parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE). Ele defendeu que não houve comprovação de gasto excessivo com a pré-candidatura de Moro no Paraná.

O MPE já havia se manifestado favorável a acatar parte dos pedidos das legendas e pela condenação por abuso de poder econômico, cassação da chapa e inelegibilidade do senador e de seu primeiro suplente, Luis Felipe Cunha. O órgão apontou que Moro foi candidato a deputado estadual em 2022 e 2023, quando o senador chegou a ser pré-candidato a presidente.

DESPESAS DE R\$ 224 MIL
Ao analisar comprovantes e documentos nos processos, o relator contabilizou gastos de R\$ 224 mil com a pré-candidatura, o que seria, na sua avaliação, "absolutamente compatível com esse tipo de despesa". Para o desembargador, não é possível apenas somar despesas das pré-campanhas a diferentes cargos para concluir que houve abuso e que seria preciso considerar recursos destinados apenas à disputa no Paraná. Ficariam de fora da conta, portanto, gastos referentes ao pleito presidencial e à candidatura de Moro ao Senado por São Paulo, que acabou barrada pela Justiça Eleitoral.

— Não há gravidade nos atos e nas despesas que restaram demonstrados na pré-campanha. Nada há que tivesse causado desequilíbrio ou vantagem aos investigados, valendo anotar que a disputa no Senado no Paraná foi extremamente acirrada — destacou.

Antes do relator ler seu voto, o procurador eleitoral Marcelo Godoy voltou a de-



Sem abuso, Luciano Carrasco Falavinha Souza, relator de caso no TRE-PR, divergiu de cálculo feito por partidos e pelo MPE e se manifestou contra cassar mandato de Moro

ENTENDA O CASO

ALVO DO PROCESSO NO TRE-PR



Sérgio Moro (União-PR)

Eleito senador em 19 milhão de votos. Na pré-campanha, desistiu de disputar a Presidência e deixou o Podemos



Luis Felipe Cunha (PT Suplente)

Advogado e amigo pessoal de Moro. Foi contratado como advogado do União Brasil na pré-campanha



Ricardo Augusto Guerra (PT Suplente)

Empresário e irmão do deputado estadual do Paraná Luiz Fernando Guerra (União)

ACUSAÇÕES

As ações que pedem a cassação do mandato de Moro foram movidas pelo PT e PL e viram o período da pré-campanha, entre 2021 e 2022, quando o senador chegou a ser pré-candidato a presidente

FORAM APONTADOS PELOS PARTIDOS

Abuso de poder econômico. Cana dos. Uso indevido dos meios de comunicação

POSICÕES NO TRIBUNAL



Relator Luciano Carrasco Falavinha Souza

Votou contra a cassação e entendeu que não houve abuso de poder econômico. Para o relator, era preciso apontar intenção de beneficiar Moro em usar a república para se eleger. Discrepância de cálculo de despesas na pré-campanha foi feita pelos autores da ação e MPE, e argumentos que não houve desequilíbrio no jogo.

PT

O advogado do partido, Luiz Eduardo Pecchinini, defendeu que houve abuso de poder econômico e que a prática comprometeu a igualdade de oportunidades no pleito.



Apontou gasto de R\$ 21,6 milhões



Apontou gasto de R\$ 141 mil

PROXIMOS PASSOS

Foram reservadas mais duas sessões para a análise dos processos. O caso será retomado na quarta-feira com o voto do desembargador José Rodrigo Sade e pode ser finalizado em 8 de abril.

Além do relator e de Sade, votam em seguida os mais cinco membros do TRE-PR.

Caso a maioria do TRE siga o entendimento do Ministério Público Eleitoral e decida pela cassação de Moro, o parlamentar passa a ser considerado inelegível pelo prazo de oito anos.

A expectativa é que um recurso tramite no TSE. A perda do mandato só ocorrerá após a análise do caso pelo Tribunal.

Se confirmada a cassação de Moro pelo TSE, serão convocadas novas eleições para a vaga aberta no Senado pelo Paraná.

Marcelo Godoy, procurador do MPE-PR

fender a cassação de Moro e sustentou durante a sessão que o parecer do MPE faz a relação de gastos que sustentam a conclusão de que houve quebra de isonomia com os demais pré-candidatos, considerando que uma campanha de nível nacional leva a ações que direta ou indiretamente trarão visibilidade.

— A autorização para a realização de despesas de pré-campanha não pode implicar em concessão de carta branca para o emprego irrestrito de recursos financeiros para a promoção pessoal e de eventual pré-candidatura — enfatizou.

O relator argumentou ainda que não houve comprovação de que o senador tinha, desde o início, a intenção de concorrer ao Senado pelo Paraná e ressaltou que sua pré-campanha à Presidência, inicialmente, estava focada em São Paulo, com agenda voltada aos municípios do estado do Sudeste. O ex-juiz, defendeu o relator, não precisaria realizar a pré-campanha para tornar seu nome popular, por já ser conhecido por sua atuação na Operação Lava-Jato.

Assim como o MPE, Falavinha entendeu, por fim, que

“Não há gravidade nos atos e nas despesas que restaram demonstrados na pré-campanha”

Luciano Carrasco Falavinha Souza, relator no TRE-PR

“(Pré-campanha) não pode implicar em concessão de carta branca para o emprego irrestrito de recursos”

Marcelo Godoy, procurador do MPE-PR

DOBRADINHA PT-PL

O julgamento começou com as sustentações dos advogados do PL e PT. Bruno Cristaldi, da legenda de Jair Bolsonaro, defendeu que Moro teve uma “superexposição” no período pré-eleitoral. Representante da legenda do presidente Lula, Luiz Eduardo Pecchinini foi na mesma linha. O advogado do PT pontuou que os gastos comprometeram a igualdade de oportunidades na disputa.

— É dinheiro público, é fundo partidário. Pouco importa a intenção, a análise é objetiva. Se fez uma ganância de dinheiro para se comprometer a igualdade de oportunidades.

Já o advogado de defesa de Moro, Gustavo Guedes, negou que os gastos de pré-campanha tenham influenciado na eleição do senador, que foi eleito, segundo ele, “porque o cidadão paranaense quis” e “por conta de seu trabalho anticorrupção”. Outra estratégia da defesa de Moro foi refutar qualquer semelhança do caso com o da ex-senadora Selma Arruda, cassada em 2019 por abuso de poder econômico.

— O que foi imputado no caso da senadora foi antecipação de gastos típicos de campanha no período de pré-campanha, que ela teria feito uma contratação prévia e pago previamente para usar o material na campanha. (...) Aqui não foi absolutamente nada disso — argumentou.